

# Diário do Legislativo de 01/03/2002

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 326ª Reunião Ordinária

2.2 - 220ª Reunião Extraordinária

2.3 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MANIFESTAÇÕES

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.245/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão, a vigorar a partir de 1º/3/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.219, de 18/12/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23

Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.246/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Rogério Correia, a vigorar a partir de 1º/3/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.187, de 28/11/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Auxiliar Técnico Executivo I - 4 horas	AL-35
Assistente Técnico de Gabinete - 4 horas	AL-29
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 4 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.247/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Miguel Martini, a vigorar a partir de 1º/3/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.143, de 28/11/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente Técnico de Gabinete - 4 horas	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
---	-------

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.248/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Cristiano Canêdo, a vigorar a partir de 1º/3/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.144, de 28/11/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03

Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.249/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a vigorar a partir de 1º/3/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2208, de 12/12/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10

Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.250/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado João Batista de Oliveira, a vigorar a partir de 1º/3/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2177, de 28/11/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36

Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Motorista - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.251/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Glycon Terra Pinto, a vigorar a partir de 1º/3/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.125, de 31/10/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36

Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 4 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-10
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

#### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.252/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, Decisão da Mesa de 28/11/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Rêmoló Aloise, a vigorar a partir de 1º/3/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.212, de 12/12/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25

Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

## ATAS

### ATA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 27/2/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 84/2002 - Projetos de Lei nºs 1.990 a 1.993/2002 - Requerimentos nºs 3.137 a 3.150/2002 - Requerimentos do Deputado Doutor Viana e da Comissão Especial da Prostituição Infantil - Proposição Não Recebida: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Municipais, da Bancada do PSB e dos Deputados Wanderley Ávila, Dalmo Ribeiro Silva (2), Miguel Martini e Ivair Nogueira - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Ermano Batista, Amílcar Martins e Luiz Tadeu Leite - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: comissões permanentes da Assembléia para 2002 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.002, 15.004, 15.006 e 15.055 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.048 e 15.061 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos às Proposições de Lei nºs 15.051 e 15.052 - Comissão Especial da Telelista de Assinantes - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 77/2001 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 79/2001 - Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2002 -

Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento da Comissão Especial da Prostituição Infantil; deferimento - 2ª Fase: Chamada para verificação de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Anderson Adatao - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84/2002

Acrescenta dispositivo ao art. 157 da Constituição do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O art. 157 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte inciso III:

"III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos da administração direta e indireta do Estado a ela vinculados, bem como as fundações e fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público."

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de fevereiro de 2002.

Doutor Viana - Aílton Vilela - Durval Ângelo - João Paulo - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Miguel Martini - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - Rêmoló Aloise - Eduardo Brandão - Alencar da Silveira Júnior - Alberto Bejani - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - João Leite - Mauro Lobo - Antônio Andrade - José Braga - Ivo José - Antônio Carlos Andrada - Maria Olívia - Kemil Kumaira - Sávio Souza Cruz - Paulo Piau - Mauri Torres - Olinto Godinho - Agostinho Silveira - Adelino de Carvalho.

Justificação: O constituinte mineiro não acolheu o orçamento da seguridade social, que abrangeria os órgãos e entidades a ela vinculados, bem como as fundações e fundos instituídos e mantidos pelo poder público.

O orçamento da seguridade social será responsável pela avaliação dos planos e programas relativos à previdência social do servidor público estadual e dos consequentes encargos do Tesouro do Estado, com estimativa da receita e fixação das despesas de cada exercício financeiro.

O inciso III do § 5º do art. 165 da Constituição Federal já incluiu expressamente o orçamento da seguridade social na lei orçamentária anual, distinto do orçamento fiscal e do orçamento de investimento. Assim é indispensável incluir o orçamento da seguridade social na Constituição do Estado, como se fez na Constituição Federal.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos turísticos no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Estado concederá incentivo fiscal a contribuinte que apoiar financeiramente projetos de promoção do turismo em Minas Gerais, nos termos desta lei.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, considera-se:

I - incentivador o contribuinte tributário, pessoa jurídica que apóie financeiramente projeto turístico;

II - empreendedor o promotor do projeto turístico.

Parágrafo único - Serão estabelecidos em regulamento os requisitos e as condições exigidas do empreendedor para candidatar-se aos benefícios desta lei.

Art. 3º - O contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - que apóie financeiramente projeto turístico poderá deduzir do valor do imposto devido mensalmente os recursos aplicados no projeto, na forma e nos limites estabelecidos por esta lei.

§ 1º - A dedução será efetivada a cada mês, não podendo exceder a 3% (três por cento) do valor do ICMS devido no período, até atingir o valor total dos recursos dedutíveis.

§ 2º - A dedução somente poderá ser iniciada pelo contribuinte trinta dias após o efetivo repasse dos recursos ao empreendedor turístico.

Art. 4º - A soma dos recursos do ICMS disponibilizados pelo Estado para efeito do art. 3º não poderá exceder, relativamente ao montante da receita líquida anual do imposto, os seguintes percentuais:

I - 0,15% (zero vírgula quinze por cento), no exercício de 2003;

II - 0,20% (zero vírgula vinte por cento), no exercício de 2004;

III - 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), no exercício de 2005;

IV - 0,30% (zero vírgula trinta por cento), no exercício de 2006 e nos seguintes.

Parágrafo único - Atingido o limite previsto neste artigo, o projeto turístico aprovado deverá aguardar o próximo exercício fiscal para receber o incentivo.

Art. 5º - O valor dos recursos deduzidos na forma do art. 3º será de, no máximo, 80% (oitenta por cento) do total dos recursos destinados ao projeto pelo incentivador, cabendo ao empreendedor integralizar o restante a título de contrapartida, nos termos definidos em regulamento.

Art. 6º - Poderão ser beneficiados por esta lei projetos turísticos nas áreas de:

I - pesquisas e levantamentos sobre aspectos turísticos do Estado;

II - promoção e divulgação do turismo no Estado;

III - outras formas relevantes para atração do turista para o Estado;

IV - bolsas de estudo nas áreas ligadas ao turismo;

V - preservação do meio ambiente e de pontos turísticos históricos, culturais, de lazer e esporte;

VI - promoção de festividades, feiras e outras manifestações das tradições mineiras de reconhecido interesse turístico.

Art. 7º - Para receber apoio financeiro com recursos provenientes da aplicação desta lei, o projeto turístico deverá ser previamente aprovado pela Secretaria de Estado de Turismo.

§ 1º - Apresentado à Secretaria de Estado de Turismo, o projeto será apreciado por uma comissão técnica, no prazo e na forma estabelecidos em regulamento, ouvida a Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º - Terá prioridade para exame o projeto que contenha intenção do incentivador em apoiá-lo financeiramente.

§ 3º - A comissão técnica, constituída nos termos de regulamento, será composta por técnicos da administração estadual e de entidades de classe da área de turismo.

§ 4º - A comissão técnica poderá estabelecer o limite máximo de recursos a ser concedido a cada projeto.

Art. 8º - É vedada a concessão de incentivo previsto nesta lei a órgão ou entidade da administração pública direta e indireta de qualquer esfera federativa.

Parágrafo único - A vedação de que trata o "caput" deste artigo não se aplica a:

I - entidade da administração pública indireta que desenvolva atividade relacionada com a área turística;

II - pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos criada com a finalidade de dar suporte a atividades turísticas pertencentes ao poder público.

Art 9º - O total de recursos destinados aos empreendedores a que se referem os incisos do parágrafo único do art. 8º não poderá ultrapassar 35% (trinta e cinco por cento) da parcela da receita do ICMS disponibilizada anualmente pelo Estado para projetos turísticos.

Art. 10 - É vedada a utilização de incentivo fiscal para projeto de que sejam beneficiários o próprio incentivador, o contribuinte ou sócio de qualquer destes.

Parágrafo único - A vedação prevista no "caput" deste artigo estende-se aos ascendentes, aos descendentes em primeiro grau e ao cônjuge ou companheiro do incentivador, contribuinte ou sócio de qualquer destes.

Art. 11 - Na divulgação do projeto financiado nos termos desta lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado e da Secretaria de Estado de Turismo.

Art. 12 - O incentivador ou o contribuinte que se utilize indevidamente dos benefícios desta lei, mediante fraude ou dolo, fica sujeito a multa correspondente a duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias cabíveis.

Art. 13 - As entidades de classe representativas dos diversos segmentos do turismo terão acesso, em todos os níveis, à documentação referente aos projetos turísticos beneficiados por esta lei.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data da sua publicação.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio

Justificação: O turismo é uma das atividades econômicas em que o Governo do Estado investe como uma das melhores opções de desenvolvimento local sustentado. Para isso realizou um cuidadoso levantamento dos seus potenciais, a partir da definição de 32 circuitos turísticos, contemplando ainda os pólos do vale do Jequitinhonha, dos Caminhos do Norte de Minas e do vale mineiro do São Francisco.

O propósito maior é consolidar esse potencial e desenvolver a indústria do turismo em todos os municípios mineiros, a partir dos seus atributos e atrativos, preservando a cultura, as tradições e a memória de cada região.

Para agilizar e atrair novos investimentos no setor nas diversas regiões do Estado, necessário se torna criar instrumentos capazes de canalizar recursos para o turismo por meio de incentivo fiscal.

Esta proposição se justifica pelo seu alcance econômico-social, promovendo o crescimento do setor sem sacrificar os níveis de arrecadação do Estado e servindo, ainda, como promotor direto e indireto de novas fontes.

- Publicado, vai projeto às Comissões de Justiça, de Turismo e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art.188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de lei nº 1.991/2002

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Satélite - ASCOTÉLITE - , com sede no Município de Juatuba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Satélite - ASCOTÉLITE - , com sede no Município de Juatuba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio

Justificação: A Associação Comunitária do Bairro Satélite - ASCOTÉLITE - , com sede no Município de Juatuba, encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de dois anos, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais no que concerne a atividades assistenciais, beneficentes e filantrópicas.

Cumprindo a entidade os requisitos legais para que seja declarada sua utilidade pública estadual, conto com o apoio dos ilustres colegas

parlamentares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.992/2002

Declara de utilidade pública a Fundação Movimento Direito e Cidadania- Fundação MDC, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Movimento Direito e Cidadania, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de fevereiro de 2002.

Durval Ângelo

Justificação: O Movimento Direito e Cidadania tem por escopo fortalecer os movimentos sociais através da organização política e institucional de suas entidades, para obter maior eficiência de suas atividades em favor dos direitos humanos e da ecologia. Ele procura viabilizar recursos humanos, técnicos e financeiros de órgãos públicos e entidades de ensino para a construção da cidadania com a participação político - social de movimentos sociais, entre outras finalidades.

Reconhecer essa instituição como de utilidade pública estadual irá proporcionar melhores condições para a dinamização de suas atividades. Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.993/2002

Declara de utilidade pública a Associação dos Horticultores de Rio Manso - AHRIMAN -, com sede no Município de Rio Manso.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Horticultores de Rio Manso - AHRIMAN -, com sede no Município de Rio Manso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 22 de fevereiro de 2002.

João Batista de Oliveira

Justificação: A Associação dos Horticultores de Rio Manso é uma entidade civil sem fins lucrativos, visa à prestação de serviços na área de assistência social, na forma estabelecida em seu estatuto.

A Associação preenche todos os requisitos legais para a obtenção do seu reconhecimento como entidade de utilidade pública estadual. Assim, nada mais justo e oportuno do que conferir esse título à entidade, permitindo a ela a prestação de melhores serviços.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 3.137/2002, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Buritizeiro pelos seus 39 anos de emancipação político-administrativa.

Nº 3.138/2002, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Espinosa pelos seus 78 anos de emancipação político-administrativa.

Nº 3.139/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Wenceslau Braz pela comemoração de seu aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 3.140/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de São Geraldo pela comemoração de seu aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 3.141/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Piranguinho pela comemoração de seu aniversário de emancipação político-administrativa. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.142/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Piranguçu pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 3.143/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Delfim Moreira pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 3.144/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Maria da Fé pelo aniversário de emancipação político-administrativa. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.145/2002, do Deputado Bené Guedes, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas ao recapeamento da MG-120, no trecho entre o Município de Leopoldina e o trevo de acesso ao Município de Rio Pomba. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.146/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Ouro Fino pelo transcurso de seu 253º aniversário. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.147/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a jornalista Tacyana Arce pelo lançamento de seu livro "Bolsa-Escola Educação e Esperança no Vale do Jequitinhonha". (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.148/2002, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja formulada ao Instituto de Geociências Aplicadas - IGA - manifestação de aplauso por sua atuação no processo de licenciamento requerido pela empresa Brumafer Mineração Ltda. para exploração da lavra de minério de ferro nos Municípios de Caeté e Sabará. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.149/2002, da Comissão de Assuntos Municipais, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Casa Civil com vistas a que envie a essa Comissão a relação das verbas liberadas, a qualquer título, pelas Secretarias e demais órgãos estaduais, para o Município de Antônio Carlos, no período de janeiro a dezembro de 2001. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 3.150/2002, da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Presidente da FEAM com vistas a que solicite à Diretoria de Licenciamento a suspensão da análise do pedido de licenciamento feito pela Empresa Brumafer, para ampliação da área de exploração de minério de ferro no entorno da Serra da Piedade.

Do Deputado Doutor Viana e outros, solicitando sejam adotadas as providências necessárias para a criação da Frente Parlamentar de Saúde. (- À Mesa da Assembléia.)

- É também encaminhado à Mesa requerimento da Comissão Especial da Prostituição Infantil.

#### Proposição Não Recebida

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

#### REQUERIMENTO

Do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Município de Itajubá pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa desse município. (- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva.)

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente e de Assuntos Municipais, da Bancada do PSB e dos Deputados Wanderley Ávila, Dalmo Ribeiro Silva (2), Miguel Martini e Ivair Nogueira.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Ermano Batista, Amilcar Martins e Luiz Tadeu Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo em vista as indicações dos Líderes com assento nesta Casa, vai designar os membros das comissões permanentes da Casa para o ano 2002: Comissão de Administração Pública: efetivos - Deputado Eduardo Brandão, pelo PL; Deputado Hely Tarquínio, pelo PSDB; Deputado Sebastião Navarro Vieira, pelo PFL; Deputado Cristiano Canêdo, pelo PTB; Deputado Antônio Andrade, pelo BPDP; Deputado Sargento Rodrigues, pelo PDT; Deputado Rogério Correia, pelo PT; suplentes - Deputado Agostinho Silveira, pelo PL; Deputado Amilcar Martins, pelo PSDB; Deputado Bilac Pinto, pelo PFL; Deputado Arlen Santiago, pelo PTB; Deputado Luiz Tadeu Leite, pelo BPDP; Deputado Carlos Pimenta, pelo PDT; e Adelmo Carneiro Leão, pelo PT.

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização: efetivos - Deputado Marco Régis, pelo PL; Deputado Aílton Vilela, pelo PTB; Deputado Alberto Bejani, pelo PFL; Deputado João Leite, pelo PSB; Deputado Pinduca Ferreira, pelo PPB; suplentes - Deputado Pastor George, pelo PL;

Deputado Miguel Martini, pelo PSB; Deputado Bilac Pinto, pelo PFL; Deputado Arlen Santiago, pelo PTB; e Deputado Glycon Terra Pinto, pelo PPB.

Comissão de Constituição e Justiça: efetivos - Deputado Geraldo Rezende, pelo BPDP; Deputado Agostinho Silveira, pelo PL; Deputado Ermano Batista, pelo PSDB; Deputado Eduardo Hermeto, pelo PFL; Deputado Arlen Santiago, pelo PTB; Deputado Márcio Kangussu, pelo BPDP; Deputado Durval Ângelo, pelo PT; suplentes - Deputado Luiz Tadeu Leite, pelo BPDP; Deputado Cabo Morais, pelo PL; Deputado Antônio Carlos Andrada, pelo PSDB; Deputado Sebastião Costa, pelo PFL; Deputado Ambrósio Pinto, pelo PTB; Deputado Luiz Menezes, pelo BPDP; e Deputado Edson Rezende, pelo PT.

Comissão de Defesa do Consumidor: efetivos - Deputada Maria José Hauelsen, pelo PT; Deputado João Paulo, pelo PL; Deputado Doutor Viana, pelo BPDP; Deputado Agostinho Patrús, pelo PTB e Deputado Bené Guedes, pelo PDT; suplentes - Deputado Durval Ângelo, pelo PT; Deputado Anderson Aduato, pelo PL; Deputado Antônio Andrade, pelo BPDP; Deputado Aílton Vilela, pelo PTB; e Deputado Marcelo Gonçalves, pelo PDT.

Comissão de Direitos Humanos: efetivos - Deputado Márcio Kangussu, pelo BPDP; Deputado Marcelo Gonçalves, pelo PDT; Deputado Edson Rezende, pelo PT; Deputada Elbe Brandão, pelo PSDB; e Deputado João Leite, pelo PSB; suplentes - Deputado Doutor Viana, pelo BPDP; Deputado Bené Guedes, pelo PDT; Deputado Durval Ângelo, pelo PT; Deputado Antônio Carlos Andrada, pelo PSDB; e Deputada Elaine Matozinhos, pelo PSB.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia: efetivos - Deputado Paulo Piau, pelo PFL; Deputado Antônio Carlos Andrada, pelo PSDB; Deputado José Henrique, pelo BPDP; Deputado João Pinto Ribeiro, pelo PTB; e Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo PPB; suplentes - Deputado Sebastião Costa, pelo PFL; Deputado Amílcar Martins, pelo PSDB; Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, pelo BPDP; Deputado Cristiano Canêdo, pelo PTB; e Deputado Glycon Terra Pinto, pelo PPB.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: efetivos - Deputado Mauro Lobo, pelo PSB; Deputado Ivair Nogueira, pelo BPDP; Deputado Anderson Aduato, pelo PL; Deputado Rômulo Aloise, pelo PFL; Deputado Dilzon Melo, pelo PTB; Deputado Luiz Fernando Faria, pelo PPB; e Deputado Antônio Carlos Andrada, pelo PSDB; suplentes - Deputado Adelmo Carneiro Leão, pelo PT; Deputado Eduardo Brandão, pelo PL; Deputado Antônio Andrade, pelo BPDP; Deputado Sebastião Navarro Vieira, pelo PFL; Deputado João Pinto Ribeiro, pelo PTB; Deputado Gil Pereira, pelo PPB; e Deputado Kemil Kumaira, pelo PSDB.

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais: efetivos - Deputado José Milton, pelo PL; Deputado Fábio Avelar, pelo PTB; Deputado Antônio Andrade, pelo BPDP; Deputado Miguel Martini, pelo PSB; e Deputada Maria José Hauelsen, pelo PT; suplentes - Deputado Pastor George, pelo PL; Deputado Agostinho Patrús, pelo PTB; Deputado Sávio Souza Cruz, pelo BPDP; Deputado João Leite, pelo PSB; e Deputado Rogério Correia, pelo PT.

Comissão de Política e Agropecuária e Agroindustrial: efetivos - Deputado João Batista de Oliveira, pelo PDT; Deputado Chico Rafael, pelo BPDP; Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, pelo BPDP; Deputado Kemil Kumaira, pelo PSDB; e Deputado Paulo Piau, pelo PFL; suplentes - Deputado Bené Guedes, pelo PDT; Deputado Sávio Souza Cruz, pelo BPDP; Deputado Luiz Menezes, pelo BPDP; Deputado Ermano Batista, pelo PSDB; e Deputado Sebastião Navarro Vieira, pelo PFL.

Comissão de Redação: efetivos - Deputado Dimas Rodrigues, pelo BPDP; Deputado Agostinho Patrús, pelo PTB; Deputada Elaine Matozinhos, pelo PSB; Deputado Antônio Genaro, pelo BPDP; e Deputado Amílcar Martins, pelo PSDB; suplentes - Deputado José Henrique, pelo BPDP; Deputado Aílton Vilela, pelo PTB; Deputado Mauro Lobo, pelo PSB; Deputado Irani Barbosa, pelo BPDP; e Deputada Maria Olívia, pelo PSDB.

Comissão de Saúde: efetivos - Deputado Cristiano Canêdo, pelo PTB; Deputado José Braga, pelo BPDP; Deputado Carlos Pimenta, pelo PDT; Deputado Cabo Morais, pelo PL; e Deputado Adelmo Carneiro Leão, pelo PT; suplentes - Deputado Agostinho Patrús, pelo PTB; Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, pelo BPDP; Deputado Marcelo Gonçalves, pelo PDT; Deputado Marco Régis, pelo PL; e Deputado Edson Rezende, pelo PT.

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social: efetivos - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo PPB; Deputado Edson Rezende, pelo PT; Deputado Adelino de Carvalho, pelo PMN; Deputada Maria Olívia, pelo PSDB; e Deputado Luiz Menezes, pelo BPDP; suplentes - Deputado Gil Pereira, pelo PPB; Deputado Durval Ângelo, pelo PT; Deputado Paulo Pettersen, pelo PL; Deputada Elbe Brandão, pelo PSDB; e Deputado Márcio Kangussu, pelo BPDP.

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas: efetivos - Deputado Dilzon Melo, pelo PTB; Deputado Bilac Pinto, pelo PFL; Deputado Irani Barbosa, pelo BPDP; Deputado Gil Pereira, pelo PPB; e Deputado Dinis Pinheiro, pelo PL; suplentes - Deputado Arlen Santiago, pelo PTB; Deputado Rômulo Aloise, pelo PFL; Deputado Ivair Nogueira, pelo BPDP; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo PPB; e Deputado Eduardo Brandão, pelo PL.

Comissão de Turismo, Indústria e Comércio: efetivos - Deputada Maria Olívia, pelo PSDB; Deputado Gil Pereira, pelo PPB; Deputado Márcio Cunha, pelo BPDP; Deputado Ambrósio Pinto, pelo PTB; e Deputado Pastor George, pelo PL; suplentes - Deputada Elbe Brandão, pelo PSDB; Deputado Luiz Fernando Faria, pelo PPB; Deputado José Braga, pelo BPDP; Deputado Marco Régis, pelo PL; e Deputado João Pinto Ribeiro, pelo PTB. Designo. À Gerência de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.002, originada do Projeto de Lei nº 640/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a projetos esportivos no Estado; sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.004, originada do Projeto de Lei nº 1.566/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre a política estadual de reciclagem de material; sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.006, originada do Projeto de Lei nº 1.039/2000, da Deputada Maria Olívia, que cria o pólo de desenvolvimento do setor da indústria de fogos de artifícios e dá outras providências; e sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.055, originada do Projeto de Lei nº 1.162/2000, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e desenvolvimento da pesca e da apicultura no Estado e dá outras providências. Pelo BPDP: efetivo - Deputado Ivair Nogueira; suplente - Deputado Márcio Cunha; pelo PL: efetivo - Deputado José Milton; suplente - Deputado Anderson Aduato; pelo PSDB: efetivo - Deputada Maria Olívia; suplente - Deputado Antônio Carlos Andrada; pelo PTB: efetivo - Deputado Fábio Avelar; suplente - Deputado Aílton Vilela; pelo PFL: efetivo - Deputado Paulo Piau; suplente - Deputado Bilac Pinto. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.048, originada do Projeto de Lei nº 162/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículos automotores; e sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.061, originada do Projeto de Lei nº 1.796/2001, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2002. Pelo BPDP: efetivo - Deputado Márcio Cunha; suplente - Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; pelo PL: efetivo - Deputado João Paulo; suplente - Deputado Cabo Morais; pelo PSDB: efetivo - Deputado Amílcar Martins; suplente - Deputada Maria Olívia; pelo PT: efetivo - Deputado Rogério Correia; suplente - Deputada Maria José Hauelsen; pelo PSB: efetivo - Deputado Miguel Martini; suplente - Deputado João Leite. Designo. À Área de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.051, originada do Projeto de Lei nº 1.760/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a recomposição das tabelas de valores mensais de vencimento de cargos e funções de chefia dos quadros especiais de pessoal da FHEMIG e da HEMOMINAS e dos cargos do quadro de pessoal do IPSEMG e dá outras providências; e sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052, originada do Projeto de Lei nº 1.761/2001, do Governador do Estado, que institui a gratificação-saúde para servidores do quadro especial de pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências. Pelo BPDP: efetivo - Deputado Márcio Cunha; suplente - Deputado José Henrique; pelo PL: efetivo - Deputado Marco Régis; suplente - Deputado João Paulo; pelo PSDB: efetivo - Deputado Hely Tarquínio; suplente - Deputado Djalma Diniz; pelo PT: efetivo - Deputado Adelmo Carneiro Leão; suplente - Deputado Edson Rezende; pelo PSB: efetivo - Deputado João Leite; suplente - Deputado Miguel Martini. Designo. À Gerência Geral de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Apurar Possíveis Irregularidades Junto à TELEMAR, Tendo em Vista Denúncias em Relação a Procedimentos Adotados por Aquela Empresa para Publicação da Telelista de Assinantes, doravante denominada Comissão Especial da Telelista de Assinantes, a requerimento do Deputado Márcio Kangussu e outros, aprovado em 20/12/2001. Pelo BPDP: efetivo - Deputado Márcio Kangussu; suplente Deputado Ivair Nogueira; pelo PL: efetivo - Deputado Agostinho Silveira; suplente - Deputado Cabo Morais; pelo PSDB: efetivo - Deputado Djalma Diniz; suplente - Deputada Maria Olívia; pelo PTB: efetivo - Deputado Arlen Santiago; suplente - Deputado Agostinho Patrús; pelo PFL: efetivo - Deputado Eduardo Hermeto; suplente - Deputado Bilac Pinto. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 77/2001, do Deputado Olinto Godinho e outros, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 165 da Constituição do Estado. Pelo BPDP: efetivo - Deputado Luiz Tadeu Leite; suplente - Deputado Dimas Rodrigues; pelo PSDB: efetivo - Deputado Kemil Kumaira; suplente - Deputada Maria Olívia; pelo PTB: efetivo - Deputado Dilzon Melo; suplente - Deputado Cristiano Canêdo; pelo PFL: efetivo - Deputado Sebastião Navarro Vjeira; suplente - Deputado Alberto Bejani; pelo PDT: efetivo - Deputado Marcelo Gonçalves; suplente - Deputado Sargento Rodrigues. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 79/2001, do Deputado Marco Régis e outros, que altera a redação do art. 230 da Constituição do Estado e acrescenta a ele os §§ 1º ao 4º. Pelo BPDP: efetivo - Deputado Luiz Tadeu Leite; suplente - Deputado Dimas Rodrigues; pelo PL: efetivo - Deputado Marco Régis; suplente - Deputado Dinis Pinheiro; pelo PTB: efetivo - Deputado João Pinto Ribeiro; suplente - Deputado Ambrósio Pinto; pelo PFL: efetivo - Deputado Alberto Bejani; suplente - Deputado Eduardo Hermeto; pelo PSB: efetivo - Deputado Mauro Lobo; suplente - Deputada Elaine Matozinhos. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2002, do Deputado João Pinto Ribeiro e outros, que dá nova redação ao art. 138 da Constituição do Estado. Pelo BPDP: efetivo - Deputado José Henrique; suplente - Deputado Chico Rafael; pelo PL: efetivo - Deputado Cabo Morais; suplente - Deputado Agostinho Silveira ; pelo PSDB: efetivo - Deputado Ermano Batista; suplente - Deputado Kemil Kumaira; pelo PTB: efetivo - Deputado João Pinto Ribeiro; suplente - Deputado Cristiano Canêdo; pelo PFL: efetivo - Deputado Alberto Bejani; suplente - Deputado Sebastião Costa. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa nº 9, o Requerimento nº 3.150/2002, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente - aprovação, na 81ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 2.995/2001, da Comissão de Direitos Humanos; e de Assuntos Municipais - aprovação, na 83ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 3.019/2001, do Deputado Aílton Vilela, 3.020 e 3.021/2001, do Deputado Ambrósio Pinto, 3.023/2001, do Deputado Fábio Avelar, 3.026/2001, do Deputado Marco Régis, 3.043/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.048 a 3.058/2001, do Deputado Arlen Santiago (Ciente. Publique-se.); pela Bancada do PSB - indicando o Deputado Miguel Martini para Líder da bancada; e pelos Deputados Ivair Nogueira - indicando os Deputados Márcio Cunha e José Henrique para Vice-Líderes do BPDP; e Miguel Martini - indicando a Deputada Elaine Matozinhos para Vice-Líder do PSB (Ciente. Cópia à Gerência-Geral de Apoio às Comissões e às Lideranças.).

#### Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão Especial da Prostituição Infantil, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 3.069/2002, de sua autoria. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquite-se o requerimento.

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. A Presidência, nos termos da Decisão Normativa nº 7, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 16 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 28, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 220ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 27/2/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e reabertura da reunião - Chamada para verificação do número regimental; - Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.918; renovação da votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a votação da matéria constante na pauta.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 16 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência, nos termos da Decisão Normativa nº 7, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 39 Deputados. Portanto há quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.918, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao Município de Santa Rita do Sapucaí. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. A Presidência vai submeter a matéria a nova votação pelo processo secreto, em conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, inciso X, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Srs. Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita a atenção dos Deputados para os seguintes procedimentos: primeiro, os Deputados deverão tomar os seus lugares; ao toque da campainha e dentro de um prazo máximo de 15 segundos, deverão pressionar a tecla F4, digitar a sua senha e, em seguida, registrar o voto "sim", ou "não", ou "branco", observando no visor do próprio posto de votação se o voto foi computado. A Presidência esclarece ainda que cada posto registra somente um voto. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Registraram seus votos apenas 23 Deputados. Portanto, não há quórum para a votação. A Presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados. Não há quórum para a votação nem para a continuação dos trabalhos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária DA CPI DO PREÇO DO LEITE

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau, Luiz Fernando Faria, Antônio Andrade, Cristiano Canêdo, Kemil Kumaira e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Benedito Vieira Pereira, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Leite Pasteurizado - ABILP -; Joaquim Quedas Filho, Presidente da Associação de Distribuidores de Leite em São Paulo, e Vinícius Ferreira Paulino, Assessor Jurídico da Associação de Distribuidores de Leite em São Paulo. A Presidência convida a participar também da reunião os Srs. Paulo César de Alvim Rezende, Presidente da Associação dos Produtores de Leite de Minas Gerais, e Hilton da Cunha Peixoto, Presidente da Federação das Classes Leiteiras de Minas Gerais. Os convidados presentes, com a palavra, fazem suas exposições e, em seguida, são questionados pelos Deputados Márcio Kangussu, Luiz Fernando Faria e Cristiano Canêdo. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira também tece suas considerações. Na fase de discussão, o Deputado Luiz Fernando Faria apresenta requerimento solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda o seguinte: informações sobre débitos tributários relativos às empresas do ramo de supermercados e o tipo de infrações fiscais praticadas por esse segmento, especialmente os que envolvem a comercialização e venda do leite 'in natura' em pó; cópia dos processos tributários administrativos das empresas Pêndulo Atacadista Ltda., Atlanta Alimentos do Brasil; Nutril Nutrimentos Industriais S.A.; Nacional Comércio e Empreendimentos Ltda. e Nutrir Produtos Alimentícios S.A. O mesmo parlamentar apresenta outro requerimento em que solicita seja intimada a Sra. Maria do Céu Paixão, Presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores, para prestar depoimento à Comissão. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados. O Presidente informa que o inteiro teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a colaboração dos Srs. Paulo Bernardes, Amauri Artimos da Matta e Rodrigo Alvim, pelos subsídios prestados aos trabalhos, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Márcio Kangussu - Cristiano Canêdo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Kemil Kumaira.

## ATA DA 86ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quatorze horas e trinta minutos do dia doze de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago, Bilac Pinto e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Maurício Guedes, Diretor-Geral do DER-MG; Rogério Gonzalez Alvez, Diretor-Executivo do DNER-MG, e "e-mail" do Sr. Francelino Caetano, Chefe de Gabinete do DER-MG, publicados no Minas Gerais de 7/12/2001. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.836/2001 (relator: Deputado Doutor Viana) e os Requerimentos nºs 2.869, 2.892, 2.909, 2.910 e 2.929/2001. Em seguida, é aprovada o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1516/2001, do Deputado Paulo Pettersen. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Arlen Santiago em que solicita ao Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Presidente da RURALMINAS o espelho do Projeto Bananal, localizado no Município de Salinas; ao Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e ao Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento relato pormenorizado sobre os motivos reais que levaram os órgãos e consórcios envolvidos na implantação das diversas etapas do projeto Jaíba II a prorrogar os prazos de execução das obras; Doutor Viana em solicita seja convidado o Diretor - Geral do DER-MG, para prestar esclarecimentos na Comissão sobre convênio assinado com o Governo Federal para elaboração de projetos de engenharia para restauração de pontos críticos em rodovias federais; e ao DER-MG para que encaminhe à Comissão os Editais nºs TP-61/2001 a TP -67/2001; Sebastião Navarro Vieira em que solicita reunião da Comissão na cidade de Poços de Caldas, para discutir o estado precário da Rodovia 267. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Ermano Batista, Presidente - Dinis Pinheiro - Doutor Viana.

## ATA DA 21ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Amílcar Martins (substituindo este ao Deputado Kemil Kumaira, por indicação da Liderança do PSDB) e Eduardo Hermeto (substituindo o Deputado Paulo Piau, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Hermeto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 451/99, no 2º turno, para o qual designa relator o Deputado Paulo Piau. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 2º turno, o parecer pela aprovação, na forma do vencido no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.767/2001 (relator: Deputado Amílcar Martins, redistribuído). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Márcio Kangussu.

## ATA DA 31ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de meio ambiente e recursos naturais

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Miguel Martini, Anderson Aduato, Geraldo Rezende (substituindo este ao Deputado Antônio Andrade, por indicação da Liderança do PMDB) e Edson Rezende (substituindo este à Deputada Maria José Hauelsen, por indicação da Liderança do PT). Estão presentes, também, os Deputados Marcelo Gonçalves e Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Geraldo Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a exploração das águas minerais das cidades que compõem o Circuito das Águas e comunica o recebimento da seguinte correspondência: dos

Srs. Celso Castilho de Souza, Secretário de Estado de do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Omar Resende Peres, Secretário de Estado de Indústria e Comércio; Henrique Hargreaves, Secretário do Governo e de Assuntos Municipais e Presidente da COMIG, e Osvaldo Castanheira, Superintendente Regional do CPRM, justificando sua ausência nesta reunião; do Sr. Celso Castilho de Souza, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em resposta ao Ofício nº 2.367/2001/SGM. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3/99, no 1º turno (Deputado Antônio Andrade), e 5/99, no 1º turno (Deputada Maria José Haueisen). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após votação, é aprovado, em turno único, o Requerimento nº 2.950/2001, da Comissão de Direitos Humanos. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita sejam ouvidos, nesta reunião, os Srs. Alexandre Berquó Dias e Marciano de Paulo Marques, respectivamente, Prefeito Municipal e Vereador à Câmara Municipal de Tupaciguara, e Valdete Fonseca, Secretário Municipal de Meio Ambiente, os quais apresentam documento relativo ao I Fórum Interestadual de Preservação e Desenvolvimento Sustentável do Grande Lago, realizado naquela cidade. Em seguida, usam da palavra os Deputados Miguel Martini, Geraldo Rezende e o Prefeito Alexandre Berquó Dias. O Presidente suspende a reunião por 3 minutos; após reabre os trabalhos e registra a presença dos Srs. Paulo Maciel Júnior, Coordenador Geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas; João César de Freitas Pinheiro, Assessor Parlamentar do CREA-MG; Joaquim Lucimar Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Lambari, e José Antônio Menezes de Paiva, Geólogo do SERGEO/DNPM-3º DS, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Anderson Aauto e Edson Rezende, cada um por sua vez, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Após, passa a palavra aos convidados, para que façam sua exposição sobre a exploração das águas minerais das cidades que compõem o Circuito das Águas. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Após os debates, são aprovados, cada um por sua vez, os requerimentos dos Deputados Marcelo Gonçalves, em que solicita sejam indicados membros desta e da Comissão de Direitos Humanos, com a finalidade de fazer uma visita ao Governador do Estado e solicitar-lhe o cancelamento da licitação de que trata o Edital de Concorrência Pública nº 2/2001; do Deputado Anderson Aauto, pedindo seja formulado um voto de congratulações com os Drs. Pedro Paulo Ainna e Oilson dos Santos, respectivamente, Promotor Público da 1ª Vara e Juiz da Comarca de São Lourenço, e o Dr. Bergson Cardoso Guimarães, Promotor Público de Caxambu; do Deputado Edson Rezende, pedindo seja realizado um seminário legislativo para debater com autoridades e ONGs da região a questão das águas minerais dos municípios que compõem o Circuito das Águas; seja solicitada ao Ministro do Meio Ambiente a realização de uma auditoria ambiental, objetivando analisar a viabilidade e pertinência da expansão da exploração comercial das águas minerais, conforme pretendido no Edital nº 2/2001, da COMIG; dos Deputados Anderson Aauto e Edson Rezende, solicitando a criação de um fórum permanente de debate, estudo e acompanhamento das águas minerais dos municípios que compõem o Circuito das Águas; seja enviado ofício ao Presidente da COMIG, pedindo o envio a esta Comissão do relatório final dos trabalhos de pesquisa referentes à Portaria nº 231, de 31/7/98, e o cancelamento do Edital de Concorrência Pública nº 2/2001. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2002.

José Milton, Presidente - Fábio Avelar - Miguel Martini - Maria José Haueisen.

#### ATA DA 76ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas do dia dezoito de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Antônio Carlos Andrada e Glycon Terra Pinto (substituindo este ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da Liderança do PPB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a debater a implantação do Curso Normal Superior gratuito, em Barbacena, que possui aproximadamente 18 cursos superiores, e a carência do curso em regiões como do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Mucuri e apreciar as matérias constantes da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são rejeitados, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.828/2001 (relator: Deputado Paulo Piau) e 1.849/2001 (relator: Deputado José Henrique), ambos do Governador do Estado. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.011/2001. O Presidente suspende os trabalhos e, ao reabri-los, após registrar as presenças os Deputados Paulo Piau e Dalmo Ribeiro Silva, informa que o Sr. José Antônio dos Reis, Reitor em exercício da UEMG, e o Pe. Lázaro de Assis Pinto, Presidente do Conselho Estadual de Educação, não compareceram à reunião, motivo pelo qual irá solicitar ao Presidente da Assembléia que tome as providências cabíveis, e convida a participar dos trabalhos a Sra. Ângela Machado Telles, professora do Instituto de Educação, que apresenta denúncias contra a direção da instituição, e os Srs. Mário de Assis, Presidente da FAPAEMG; Wanderson de Paiva, Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação da UEMG, e Ernesto Machado Coelho Filho, Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UEMG, que apresentam denúncias contra a reitoria da Universidade. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Paulo Piau, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Dalmo Ribeiro Silva - José Henrique.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O Veto Parcial à Proposição de Lei Nº 14.956

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Ermano Batista, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e comunica que, por se tratar da primeira reunião da Comissão, não há ata a ser lida. A Presidência comunica que a reunião se destina a eleger o Presidente, o Vice-Presidente e a designar o relator. A seguir, convida o Deputado Dalmo Ribeiro Silva a atuar como escrutinador, determina a distribuição das cédulas de votação e passa a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Procedida a contagem dos votos, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva informa que, registradas três cédulas de votação, os Deputados Doutor Viana e Dalmo Ribeiro Silva receberam três votos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e retorna a palavra ao Deputado Ermano Batista. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e declara empossado como Presidente o Deputado Doutor Viana, a quem passa a direção dos trabalhos. O Presidente agradece a confiança nele depositada, declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Dalmo Ribeiro Silva e designa o Deputado Ermano Batista como relator. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Doutor Viana, Presidente - Ermano Batista - Dalmo Ribeiro Silva.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão especial para emitir parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei Nº 14.950

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dilzon Melo, Sebastião Navarro Vieira, Anderson Aauto, João Leite e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental,

o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e comunica que, por se tratar da primeira reunião da Comissão, não há ata a ser lida. A Presidência comunica que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. Em seguida, a Presidência convida o Deputado Márcio Cunha para atuar como escrutinador, determina a a distribuição das cédulas de votação e passa a palavra ao Deputado Márcio Cunha. Feita a contagem dos votos, o Deputado Márcio Cunha informa que, registradas cinco cédulas de votação, os Deputados Dilzon Melo e Anderson Aauto receberam cinco votos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e retorna a palavra ao Deputado Sebastião Navarro Vieira. O Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e declara empossado o Deputado Dilzon Melo como Presidente, a quem passa a direção dos trabalhos. O Presidente agradece a confiança nele depositada, declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Anderson Aauto e designa como relator o Deputado João Leite. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Dinis Pinheiro - Cristiano Canêdo.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial dos Servidores Designados

Às quinze horas do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elbe Brandão, Geraldo Rezende, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Piau. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: 1 - solicitando a intervenção desta Casa e da Comissão na situação dos seguintes servidores designados: Maria Camilo de Oliveira (Mutum); Loide Maria de Almeida, Doraci Coelho de Arruda Prata, Nair Rodrigues dos Santos (Simonésia); Nair Bazel Ferreira (Manhumirim); Zilda de Andrade Ribeiro (Lajinha); Roseney Neves (Itinga); Maria Lúcia Furtado (Martins Soares); Célia do Nascimento Pereira (Manhumirim); Maria das Graças Furtado da Silva e Antônio Carlos Silva (Martins Soares); Luciana Mendes Barbosa (Matipó); Maria das Mercês dos Reis Queiróz (Varzelândia); Jacira Bretas da Silva Pinto (Mutum); Ivan Rodrigues de Oliveira (Divinópolis); Luzia Teodoro de Paiva, Nilza Teixeira Pinto, Tereza da Silva Araújo e Beatriz Rosa de Souza (Mutum); Wanda Celeste Torres, Maria Luzia Calançani, Veronita Isidoro Leite, Norma da Silva Oliveira, Maria Aparecida Rolim Torres, Maria de Souza Rosa, Lúcia Maria Mageste Mendes, Maria das Graças Brandão Silva, João Batista Torres e Aparecida Brandão Pereira (Matipó); 2 - da Sra. Milca Moreira de Assis, Coordenadora da Subseção do SIND-UTE em Manhuaçu, encaminhando cartas dos serviços das escolas estaduais da 20ª Superintendência Regional de Ensino de Manhuaçu, pedindo que seja analisada a situação dos servidores designados; 3 - da Deputada Maria Elvira, encaminhando uma cópia do abaixo-assinado de interesse dos Auxiliares de Serviços Gerais das escolas estaduais do Município de Matipó, pedindo que seja analisada sua situação. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados dois requerimentos de autoria da Deputada Elbe Brandão: um, em que solicita seja convocado o Dr. Mauro Santos Ferreira, Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração, para que preste esclarecimentos sobre o quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação e sobre como estão-se processando as convocações dos servidores classificados no último concurso público daquela Secretaria; outro, em que solicita seja convocado o Sr. Eduardo de Souza Veloso, Diretor do Instituto Mineiro de Administração Municipal - IMAM -, para que preste esclarecimentos relativos ao concurso público para o provimento de cargos da Secretaria de Estado da Educação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2002.

Elbe Brandão, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Sargento Rodrigues.

#### ATA DA 83ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Hely Tarquínio, Sebastião Navarro Vieira, Cabo Morais e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Isauro Calais, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, publicado no "Diário do Legislativo" de 12/1/2002; ofício da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, comunicando o serviço "Disque Direitos Humanos" (0800-311119). A Presidência acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 1.865/2001, no 1º turno (Deputado Cristiano Canêdo). O Presidente, informa, ainda, que avocou a si a relatoria do Projeto de Lei Complementar nº 48/2001, no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, do Projeto de Lei nº 1.809/2001 (relator: Deputado Cristiano Canêdo). Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Eduardo Brandão em que solicita a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei Complementar nº 48/2001, com a participação dos convidados que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Hely Tarquínio, Presidente - Cristiano Canêdo - Sebastião Navarro Vieira - Doutor Viana.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Comissão Especial DOS Projetos DE Prevenção de Incêndio

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Ailton Vilela e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Bené Guedes, João Paulo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à realização de audiência pública para ouvir convidados, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 71.466/2001, do Cel. PM Jaime Pimentel de Souza, Subchefe do Estado Maior da PMMG. Foram ouvidos os convidados Cel. Antônio Viçoso Gerken e Cap.BM André Luiz dos Reis Gerken. Em seguida iniciaram-se os debates com a participação dos parlamentares e convidados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados quatro requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja reiterado convite ao ex-Sargento Jovino Fernandes Barbosa e à arquiteta Ana Maria Betoni Araújo para comparecerem à Comissão; em que solicita ao Ministério Público cópia de inteiro teor do depoimento do Capitão André Luiz dos Reis Gerken, em outubro de 2001, contendo denúncias de irregularidades no Centro de Atividades Técnicas do CBMMG, conforme o Inquérito Civil nº 21/2001; em que solicita ao Comandante Interino do CBPMMG cópia de inteiro teor da sindicância realizada pelo Ten.Cel. Abraam Lincoln Issa Ferreira com o objetivo de

apurar as denúncias de prováveis irregularidades no CAT; em que solicita ao Diretor-Geral do DETRAN-MG, a relação de veículos de propriedade do Capitão Márcio Rodrigues Moreira. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2002.

João Leite, Presidente - Agostinho Patrús - Sargento Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos de Criminosos Organizados, no Esquema de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Aílton Vilela, Eduardo Brandão e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Irani Barbosa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a programar os trabalhos da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Assessora do Ministro da Justiça, Mônica de Siqueira Dutra, em resposta ao ofício nº13/2001, desta CPI, informando que o referido documento foi despachado ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, para análise e adoção das providências pertinentes; ofício da Assessora Especial do Ministro da Justiça, Maria do Carmo Porto Oliveira, comunicando que, de acordo com o Departamento de Polícia Federal, o órgão não tem atribuição de prestar assessoria às comissões parlamentares de inquérito instaladas no âmbito estadual, sugerindo encaminhamento à SENAD-GSIPR; cópia do despacho exarado nos autos de Sindicância nº 560 - Comarca de Ribeirão das Neves, do Juiz-Corregedor, Osvaldo Oliveira Araújo Firmo, solicitando o envio a essa Corregedoria de eventuais documentos envolvendo o Juiz de Direito, Dr. Wenderson de Souza Lima; ofício do Desembargador Gudestev Biber, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Juiz de Direito da Comarca de Unaí; ofício do Diretor-Geral da Penitenciária José Edson Cavalieri, Bel. Denilson Clozato Alves, constando relação nominal dos recuperados que empreenderam fuga nos últimos três anos. Registra-se a presença do Deputado Dilzon Melo, que assume sua condição de membro efetivo da Comissão, no lugar do Deputado Aílton Vilela. O Presidente informa aos membros presentes que o servidor Marcos Terrinha está sendo intimado a comparecer no próximo dia 26 de fevereiro, às 15 horas, para prestar depoimento sobre o objeto de investigação desta Comissão. Faz uso da palavra o Deputado Dilzon Melo, conforme consta nas notas taquigráficas. Não havendo mais matéria a ser tratada, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2002.

Ermano Batista, Presidente - Irani Barbosa - Eduardo Brandão - Dilzon Melo - Luiz Tadeu Leite - Alberto Bejani.

ATA DA 48ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às dez horas do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Elbe Brandão, Adelmo Carneiro Leão e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta, Dimas Rodrigues, Eduardo Hermeto, Ermano Batista, Gil Pereira e José Braga. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir representantes da sociedade civil para subsidiar os trabalhos do Fórum Permanente de Acompanhamento e Negociação, criado por esta Comissão, para defesa dos interesses dos atingidos pela barragem de Irapé. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. É aprovado requerimento do Deputado Ermano Batista, em que solicita seja pedido ao Presidente da Assembléia que disponibilize um advogado, entre os Procuradores da Casa, para acompanhar o processo de remoção e atendimento às pessoas e comunidades atingidas, com vistas à garantia dos direitos dos envolvidos, sem prejuízo do imediato início e da execução das obras da Usina de Irapé. A seguir, o Presidente passa a palavra às autoridades e aos representantes da comunidade de Irapé, para suas exposições. Logo após, abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Edson Rezende, Presidente - Elbe Brandão - Durval Ângelo.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da CPI do Preço do Leite, a realizar-se às 14h30min do dia 5/3/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir representantes de diversas entidades, que irão discutir mecanismos para fomentar o consumo de leite e derivados e debater estratégias para divulgar esses produtos e suas qualidades nutricionais.

Convidados: Srs. Célio Gomes Floriani, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -; Sebastião César Cardoso Brandão, professor titular do Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFV; Fábio Antônio da Silva, Presidente da Cooperativa Nacional de Controle de Qualidade - CONAI -; Alberto Adhemar do Valle Júnior, Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado de Minas Gerais - SILEMG -; Ronaldo Scucato, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG -; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG - e Matheus Bressan, Chefe Adjunto de Comunicação e Negócios da EMBRAPA Gado de Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI das Carvoarias

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Elbe Brandão, Bilac Pinto, Dalmo Ribeiro Silva e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/3/2002, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir depoimentos dos Srs. Antônio Claret de Oliveira, Superintendente-Geral da Vallourec e Mannesmann Tube S.A., Mário Ermírio de Moraes e José Roberto Freire, respectivamente, Presidente e Diretor de Unidade da Companhia Mineira de Metais - CMM -, e João Carlos Rosário, Gerente-Geral da White Martins Gases Industriais Ltda.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2002.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.656/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

### Relatório

A Deputada Elbe Brandão, por meio do Projeto de Lei nº 1.656/2001, pretende seja declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Grão-Mogol, com sede nesse município.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Asilo São Vicente de Paulo de Grão-Mogol possui como finalidade manter estabelecimentos destinados a abrigar pessoas idosas, proporcionando-lhes assistência material e espiritual. Presta, também, relevantes serviços direcionados à área de saúde e compromete-se com iniciativas que propugnam pelo respeito humano e pela fraternidade entre as pessoas.

Pela importância que representa o trabalho da instituição, entendemos ser pertinente e merecido o título declaratório de utilidade pública que se lhe pretende outorgar.

### Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.656/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2002.

Adelino de Carvalho, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.372/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

### Relatório

A proposição em apreço, do Deputado Rogério Correia, estrutura a Carreira do Pessoal da Educação e cria os cargos que compõem as classes que a constituem.

Devidamente publicada em 23/2/2001, foi a matéria distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública e Fiscalização Financeira e Orçamentária. Em 17/4/2001, foi aprovado requerimento do autor do projeto solicitando a apreciação da proposição pela Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

A Comissão de Constituição e Justiça acolheu preliminarmente a proposição em estudo, opinando por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Tendo a Comissão de Administração Pública perdido prazo para deliberar sobre a matéria, vem a proposição a esta Comissão, para receber parecer, no 1º turno, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

Inicialmente, cumpre-nos enfatizar que pensar em educação exige, antes de mais nada, focalizar a importância da missão do professor. Aqueles que carregam nas mãos a responsabilidade de instruir e educar a juventude devem ter o seu trabalho reconhecido e devidamente valorizado.

Portanto, é de suma importância que o pessoal do magistério estadual tenha um plano de carreira que lhe ofereça condições adequadas de trabalho, vencimentos compatíveis com as responsabilidades exigidas, devendo ser privilegiados o esforço pessoal, o mérito funcional e a formação continuada.

Por meio da Resolução nº 5.194 de 2000, a reestruturação de carreiras e de quadros de pessoal das administrações direta e indireta do Poder Executivo foi objeto de delegação ao Governador do Estado, que, entretanto, não efetivou, dentro do prazo estabelecido naquele instrumento, o envio do plano de carreira do pessoal do magistério - embora esse item constasse do programa de governo do então candidato a Governador.

Diante disso, o Deputado Rogério Correia tomou a iniciativa de apresentar projeto de lei contemplando um plano de carreira do pessoal da educação. Segundo o autor, o projeto é oriundo de um trabalho conjunto, elaborado por um grupo paritário, composto de representantes do Sind-UTE e da Secretaria de Estado da Educação.

A Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia fez realizar audiências públicas, em 2001, em todo o Estado, em virtude de aprovação de requerimento de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada, com o objetivo de traçar um panorama da educação pública em Minas Gerais, particularmente quanto aos aspectos de qualidade do ensino, sistemas de avaliação da aprendizagem, organização do tempo escolar e projetos pedagógicos das escolas. Foi incluída, na pauta daquelas audiências, a discussão do plano de carreira do pessoal da educação, contido no Projeto de Lei nº 1.372/2001, conforme requerimento apresentado pelo autor do projeto, Deputado Rogério Correia.

No decorrer das audiências públicas, a tônica da reivindicação, quanto ao referido projeto, foi pela aprovação integral da matéria na forma original, não tendo sido apresentadas sugestões de alterações substanciais à proposição.

Diversos depoimentos, em diferentes regiões, reafirmaram que o plano de carreira constante do projeto sob exame consubstancia sugestão consensual, idealizada por integrantes do sindicato dos trabalhadores do ensino e por representantes da Secretaria de Estado da Educação.

Isso posto, sem ignorar a questão da iniciativa do projeto, opinamos pelo prosseguimento da tramitação da proposição na Casa, para que o assunto seja mantido em pauta, principalmente em respeito ao apelo dos professores.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 1.372/2001 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Paulo Piau, Presidente e relator - Antônio Carlos Andrada - Dalmo Ribeiro Silva - José Henrique.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 1.442/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

O projeto de lei em exame, do Deputado Antônio Genaro, dispõe sobre a proibição de avaliação do ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental do Estado.

Aprovado no 1º turno, em sua forma original, vem o projeto a esta Comissão, para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, c/c o art. 102, VI, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto de lei em exame pretende que o aluno que tenha cursado a disciplina Ensino Religioso, facultativa nas escolas públicas de ensino fundamental, não seja avaliado nessa disciplina, não sendo nela reprovado.

O ensino religioso é considerado disciplina de matrícula facultativa pela Constituição Federal, em seu art. 210, § 1º. O art. 5º da mesma Carta, inciso VI, assegura o livre exercício dos cultos religiosos. O art. 33 da Lei nº 9.475, de 22/7/97, ratifica o caráter facultativo do ensino religioso, além de garantir o respeito à diversidade da cultura religiosa do País e proibir todas as formas de proselitismo.

Além disso, deve-se atentar para a particularidade da disciplina, que busca especialmente a formação de valores, devendo ser vista como atividade globalizadora, que envolve e permeia as outras atividades.

Cabe aos educadores proporcionar ao estudante o desenvolvimento harmônico de suas atividades físicas, intelectuais e espirituais. Nesse sentido é que deve comparecer o ensino religioso: como disciplina que respeite as diversidades de pensamento e a opção religiosa e cultural dos educandos. Exatamente por isso o aluno não deve ser avaliado na disciplina referida, muito menos ser reprovado nela. Tal disciplina deve contribuir para a formação integral do aluno, possibilitando o diálogo e a convivência solidária. Cabe, portanto, ao professor que a ministra ter visão abrangente do ser humano e do fenômeno religioso como realidade social. Só assim o ensino religioso conseguirá atingir seus objetivos

plenos.

Logo, a disciplina Ensino Religioso deverá contribuir para o crescimento do aluno, e não impedi-lo de cursar a série subsequente.

#### Conclusão

Pelas razões apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.442/2001, no 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2002.

Paulo Piau, Presidente - José Henrique, relator - Antônio Carlos Andrada - Dalmo Ribeiro Silva.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 205/99

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 205/99, de autoria do Deputado Fábio Avelar, que dá a denominação de José Amâncio dos Santos à escola de ensino fundamental da rede estadual de ensino, em Igarapé, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 205/99

Dá a denominação de José Amâncio dos Santos à escola estadual do Bairro Jardim Vila Rica, situada no Município de Igarapé.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual José Amâncio dos Santos a escola estadual do Bairro Jardim Vila Rica, situada no Município de Igarapé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amilcar Martins, relator - José Milton.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 871/2000

##### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 871/2000, de autoria do Deputado Arlen Santiago, que dá nova denominação à Escola Estadual Bom Jardim, situada no Município de Taiobeiras, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 871/2000

Dá nova denominação à Escola Estadual Bom Jardim, situada no Município de Taiobeiras.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Passa a denominar-se Escola Estadual Dona Beti a Escola Estadual Bom Jardim, situada no Município de Taiobeiras.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amilcar Martins, relator - José Milton.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.102/2000

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.102/2000, de autoria do Deputado Ivair Nogueira, que dá a denominação de Vinícius de Moraes à escola estadual do Bairro Tropical Petrolândia – NEEC – , no Município de Contagem, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.102/2000

Dá a denominação de Escola Estadual Vinícius de Moraes à escola estadual do Bairro Tropical Petrolândia – NEEC – , situada no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Vinícius de Moraes a escola estadual do Bairro Tropical Petrolândia – NEEC – , situada no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amilcar Martins, relator - José Milton.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.441/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.441/2001, de autoria do Deputado Antônio Andrade, que dá a denominação de Vereador Joaquim Borges da Costa à Escola Estadual de Careaçú, com sede nesse município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.441/2001

Dá a denominação de Vereador Joaquim Borges da Costa à escola estadual de Careaçú, situada no Município de Careaçú.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Vereador Joaquim Borges da Costa a escola estadual de Careaçú, situada no Município de Careaçú.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amilcar Martins, relator - José Milton.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.827/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.827/2001, de autoria do Governador do Estado, que dá a denominação de Francisco Viana de Matos à Escola Estadual do Povoado de Várzea Bonita, de Ensino Fundamental (1ª a 8ª série), Município de Januária, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.827/2001

Dá a denominação de Francisco Viana de Matos à escola estadual do Povoado de Várzea Bonita, situada no Município de Januária.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Passa a denominar-se Escola Estadual Francisco Viana de Matos a escola estadual do Povoado de Várzea Bonita, situada no Município de Januária.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amilcar Martins, relator - José Milton.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.835/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.835/2001, de autoria do Governador do Estado, que dá a denominação de Professor José Castro de Araújo à Escola Estadual do Conjunto Habitacional Dr. Pedro Afonso Junqueira, de Poços de Caldas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.835/2001

Dá nova denominação à escola estadual do Conjunto Habitacional Dr. Pedro Afonso Junqueira, situada no Município de Poços de Caldas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Passa a denominar-se Escola Estadual Professor José Castro de Araújo a escola estadual do Conjunto Habitacional Dr. Pedro Afonso Junqueira, situada no Município de Poços de Caldas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amilcar Martins, relator - José Milton

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.839/2001

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.839/2001, de autoria do Deputado Paulo Piau, que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Cultura Nativa, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.839/2001

Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Cultura Nativa, com sede no Município de Uberaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Cultura Nativa, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amilcar Martins, relator - José Milton.

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.848/2001, de autoria do Governador do Estado, que dá a denominação de Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC Dona Afonsina – ao Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC –, do Município de Pará de Minas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 1.848/2001

Dá a denominação de Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC Dona Afonsina – ao Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC –, situado no Município de Pará de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Passa a denominar-se Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC Dona Afonsina – o Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC –, situado no Município de Pará de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Amilcar Martins, relator - José Milton.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 27/2/2002, as seguintes comunicações:

Do Deputado Wanderley Ávila, notificando o falecimento do Sr. Cícero dos Santos, ocorrido em 25/2/2002, em Várzea da Palma. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Pedro Zanotto, ocorrido em 25/2/2002, em Ouro Fino. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Onápio Junqueira Barbosa, ocorrido em 8/2/2002, em Poços de Caldas. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a CRE Engenharia Ltda. por haver recebido o certificado de ISO 9000 (Requerimento nº 2.898/2002, do Deputado Bené Guedes);

de congratulações com a Equipe de Assistência Psico-Pediátrica pelos seus 31 anos de trabalho (Requerimento nº 3.022/2002, do Deputado João Batista de Oliveira);

de congratulações com o Sr. Rubens Faria Rezende pela ação policial realizada na Penitenciária José Maria Alkimin (Requerimento nº 3.024/2001, do Deputado Marcelo Gonçalves).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 28/2/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, e a Decisão da Mesa de 28/11/01, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.125, 2.143, 2.144, 2.147, 2.177, 2.184, 2.185, 2.187, 2.208, 2.212, 2.219, 2.220, de 2001, 2.245, 2.246, 2.247, 2.248, 2.249, 2.250, 2.251, 2.252, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Edy Faria Barbosa de Almeida do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Fabiano Lopes dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando João Bosco de Castro Borges do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Lucymeire Ferreira de Azevedo do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

exonerando Rosana Cristina de Avelar do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando Sálvio Humberto Penna do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando Vânia Aparecida Araújo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Cíntia Kelly Pena Coletinha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Edy Faria Barbosa de Almeida para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

nomeando Fabiano Lopes dos Santos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando João Bosco de Castro Borges para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Lucymeire Ferreira de Azevedo para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Marcos Gennari Mariano para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Regina Coeli de Oliveira Fazzi para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Rosana Cristina de Avelar para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Sálvio Humberto Penna para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Vânia Aparecida Araújo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Cristiano Canêdo

exonerando Afrânio de Castro Pinto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando Alexandre Augusto da Silva Canêdo do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

exonerando Maria José Alves do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Alexandre Augusto da Silva Canêdo para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Juliana Pires Antunes para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Valdinéia Goulart do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06, 8 horas;

nomeando Thanus Luiz Nogueira Zenun Messias para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Valdinéia Goulart para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Glycon Terra Pinto

exonerando Adriana Torres Rangel do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando David Borja Pinto do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Marcus Vinícius Lage dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Adriana Torres Rangel para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando David Borja Pinto para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Marcus Vinícius Lage dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Salete Fileto da Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando Irenita Maria de Brito Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Daniella Cristina Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivo José

exonerando Maria Cecília Ferreira Delfino do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Maria Aparecida Ferreira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Batista de Oliveira

exonerando Lecimar Hipólito Pereira França do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

nomeando Joel de Souza Epifânio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Lecimar Hipólito Pereira França para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro

exonerando Shirley Otoni do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 4 horas;

nomeando Wagner Antunes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 4 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando Sônia Maria Pires de Mendonça Dantas do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Marilene Peres Ruas Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas;

nomeando Sebastião Fagundes de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Sônia Maria Pires de Mendonça Dantas para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 4 horas.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando Jussara Campos Guabiroba do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Maria Lucília França Vieira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

exonerando Maria Carolina Scarpelli Rodrigues do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Luciana Fiúza Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Maria Carolina Scarpelli Rodrigues para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando Sheila Cristina de Jesus do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Carlos Alberto Menezes de Calazans para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Sheila Cristina de Jesus para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Juliana Pires Antunes do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro;

nomeando Maria José Lages de Oliveira para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de

6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte atos relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Regina Coeli de Oliveira Fazzi do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.198, de 21/5/2001, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.055, de 5/6/2001, e 2.057, de 19/6/2001, assinou os seguintes atos:

dispensando Alexandre Costa Pereira da Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência;

designando Francisco José Bernardes Cardoso para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hélio Mariano da Silva. Objeto: fornecimento dos serviços de coleta e remoção de entulho através de caçambas estacionárias. Vigência: 12 meses, a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 3.3.90.39. (06). Licitação: Coleta nº 214/2001.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Montele Indústria de Monta-Cargas e Elevadores Ltda. Objeto: prestação de serviços técnicos especializados de reparos, manutenção e conservação em elevadores. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Vigência: 12 meses, a partir de 13/2/2002. Dotação orçamentária: 33.90.39 – 127.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Posto Antônio Massud Ltda. Objeto: prestação de serviços de abastecimento de combustível. Objeto deste aditamento: recomposição do equilíbrio financeiro do contrato. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.2.0.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Objeto: realização de cursos de informática. Vigência: 12 meses, a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 01.122.001.2 – 127.0001 3132 (301). Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Oliveira Baracho Advocacia e Consultoria. Objeto: elaboração e entrega de parecer jurídico. Vigência: 20 dias, a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 01.031.101.4 – 123. 0001 33903900. Licitação: inexigibilidade, nos termo do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lopes & Rubinger Informática Ltda. Objeto: fornecimento de equipamentos de informática. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 4120 (401). Vigência: até o final da garantia (36 meses). Licitação: Tomada de Preços nº 15/2001.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Itaotec Philco S.A. – Grupo Itaotec Philco. Objeto: fornecimento de equipamentos de informática. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 4120 (401). Vigência: até o final da garantia (36 meses). Licitação: Tomada de Preços nº 15/2001.